



GT 004. A Produção Indígena nos Cursos de Licenciaturas Interculturais: diálogos interdisciplinares e saberes tradicionais na educação superior

Marcos Antonio Braga de Freitas (Universidade Federal de Roraima) - Coordenador/a, Carlos Kleber Saraiva de Sousa (Universidade Federal do Ceará) - Coordenador/a

A educação superior brasileira no século XXI tem buscado novos desafios com as demandas das populações oriundas das camadas populares e de vulnerabilidade social, quilombolas, povos indígenas, entre outros segmentos sociais do país com a inclusão e o acesso às universidades a partir de políticas de ações afirmativas e cursos específicos, a exemplo da Educação do Campo e Licenciaturas Indígenas. O Ensino Superior Indígena no Brasil, tem uma história de luta, resistência e os marcos legais conquistados com a Constituição Federal de 1998 (art. 210 e 231), LDB 9.394/1996 (art. 78 e 79) e do Conselho Nacional de Educação. A educação superior indígena é uma realidade com as experiências iniciais nos anos de 2000 a 2005, a exemplo, da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Goiás (UFG); entretanto, se expandindo para outras instituições de ensino superior, tendo hoje aproximadamente 28 cursos de licenciaturas interculturais indígenas no Brasil, inclusive sendo criado em 2005, o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígena no âmbito do Ministério da Educação para fomentar essa expansão e manutenção dos cursos. A proposta do GT é discutir as experiências em curso nas universidades brasileiras no contexto das licenciaturas interculturais, sobretudo, de que forma a produção indígena tem reflexos nas escolas e comunidades indígenas.

A resistência escrita: as produções da(o)s estudantes do intercultural de Rondônia

Autoria: Gicele Sucupira Fernandes

Este work discorre sobre a produção dos works de conclusão do Curso de Educação Intercultural. Frente à escassez de publicações sobre povos indígenas de Rondônia, que se concentram na área de linguística, muitos works são os primeiros registros sobre esses povos, logo, referências importantes. As pesquisas são inéditas, atuais e urgentes, porque para a/os estudantes indígenas, os saberes estão morrendo com a/os mais velha/os. Os works, nesse sentido, são modos de resistência. Além disso, os TCCs apresentam modos diferentes de fazer pesquisa, para além da escrita, frequentemente questionada por suas limitações. A metodologia da pesquisa destes segue cursos diversos, algumas vezes são coletivas, não distinguem vozes, e as divisões (nós? e ela/es?, pesquisadora e pesquisada) são revistas. Os works versam sobre diversos temas e foram produzidos por estudantes de mais de 15 povos.

[Trabalho completo](#)

Implementação e desenvolvida da educação superior na Terra Indígenas Andirá/Marau, município de Maués-Am.

Autoria: Jesiel Santos dos Santos, Raimundo Nonato Pereira da Silva

O presente work problematiza o processo de implementação e desenvolvimento da formação de professores sateré-mawé através da ação da SEDUC/GEEI/Projeto Pirayawara e da UFAM/PROLIND. Para tanto, objetivamos contextualizar a trajetória política da formação de docentes sateré-mawé pela SEDUC e UFAM. Ao optarmos por uma análise situacional do processo educacional centrado-nos na experiência Sateré-Mawé, partimos do conceito de situação de Oliveira Filho, 1988, aportamos ainda a ideia de regime tutelar de Souza



Lima, 1992, para pensar a relação entre os Sateré-Mawé é as instituições de ensino, e por fim, os conceitos de comunicação, ação e autoridade pedagógicas de Pierre Bourdieu, 2009, para refletir a relação entre os atores e instituições envolvidas no processo de implementação e desenvolvimento do ensino superior. Em um primeiro momento, pretendemos analisar a implementação do projeto Pirayawara na região do rio Marau, TI ? Andirá/Marau, município de Maués-Am, em seguida abordar reflexões sobre a primeira experiência em educação superior indígenas realizada no território Sateré-Mawé, e por fim, a ação política e pedagógicas da UFAM na implantação e desenvolvimento das educação superior em Licenciaturas Específica Formação de Professores /FACED e Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável/IFCHS.

[Trabalho completo](#)

Interculturalidade em Prática: Relatos da experiência de monitoria na Licenciatura em Educação Intercultural Indígena da UFG.

Autoria: Brennda Maíra Gonsalves Leitão

Esse work tem como finalidade relatar a monitoria no curso de licenciatura em educação intercultural da UFG. A monitoria ocorreu em quatro ocasiões diferentes: a primeiro momento no curso/tema "Jogos e Brincadeiras e Suas Funções Sociais" realizado no Núcleo de Educação intercultural Takinahaky - UFG, em Goiânia no ano de 2016. A segunda e terceira monitoria, aconteceu nesse mesmo ano, mas em Terras Indígenas Araribóia no Município de Amarante - MA, durante as etapas de estudos em terras indígenas na Aldeia de Novo Funil e na Aldeia de Juçaral. A quarta monitoria, também em terras indígenas, aconteceu em 2017, na aldeia de Ipu na Terra indígena Bacurizinho, Município de Grajaú - MA. As atividades realizadas foram de observação e apoio das atividades pedagógicas. Ocorrendo então, um intercâmbio frequente de conhecimentos a partir das apresentações dos resultados das pesquisas dos alunos e também através das conversas informais, tanto com os alunos, quanto com os moradores da comunidade, abordando sempre temas como mitos, histórias das formações das aldeias e etc.

La educación Ch'ol de Tila, entre la tradición e la modernidad

Autoria: Manuel López López

El estudio, pretende analizar, interpretar e comprender los patrones culturales que inciden en la matriz cultural de los Choles de Tila, configurando sus procesos educativos propios, frente a otros modelos educativos que les són impuestos. Los Choles tienen evidentemente roles establecidos de acuerdo a su género y organización social, sin embargo, considero que a través de los diversos escenarios con los que interactúan de manera cotidiana, han generado grandes câmbios. Así en esa investigación se plantea: ¿Cuál es el rol que desempeña en la actualidad la familia Ch'ol en el ejercicio de la educación de sus hijos?, ¿Cuál es el impacto de la educación de las familias ch'oles en los aspectos económico, social, político y cultural? y ¿Cuáles son los procesos de retransmisión cultural que se sedimentan en los sujetos y permiten la reelaboración de su propia cultura y reconstrucción de sus identidades? La investigación trata de lograr una comprensión de las relaciones que establecen los Ch'oles entre sus integrantes en un escenario específico y en contextos más amplios. Así, es indispensable analizar a partir de relaciones sociales que se manifiestan alrededor de su entorno, inmerso en un contexto social muy complejo. Dadas esas características se prosiguió a un acercamiento etnográfico, método que permite participar activamente con el objeto de estudio, en algunos casos formando parte de eso mismo objeto o que requer también el doble ejercicio de acercamiento y distanciamiento. Los Ch'oles són un pueblo indígena, originário de México. Es hablante de una lengua de origen Maya y vive en la región selva de Chiapas, sur del país. Vive en condiciones económicas no estables, dedicados a la agricultura para el autoconsumo, la venta de mano de obra y otros,



siendo el magisterio indígena uma opción professional para la posible solvencia y seguridad de una mejor condición de vida. El presente trabajo considera las condiciones que enfrentan las familias ch?oles del município de Tila para comprender los mecanismos y procesos de educación que emplean para garantizar la supervivencia de sus miembros. Al hablar de educación familiar necesariamente se hace hincapié aos procesos de aculturación, endoculturación y socialización ya que son éstos los que posibilitan la permanencia o el cambio de los patrones propios de la cultura. Pero, además de los procesos de socialización e educación propios de la tradición Ch?ol, también se considera la función de la escuela que, aun que sea un aparato ideológico de estado, és comprendida como uma institución que les ofrece oportunidades de mejorar sus condiciones de vida.

[Trabalho completo](#)

Mulher Indígena e violência doméstica: aspectos da Legislação Brasileira nos cursos de Licenciaturas Interculturais

Autoria: Elias Renato da Silva Januário, Sandra Maria Silva de Lima

Resultado de desdobramentos dos cursos de Licenciatura Intercultural da Universidade do Estado de Mato Grosso onde se debateu sobre sexualidade, relações de gênero, direito das mulheres e diversas temáticas em que correlacionam suas vivências no interior das comunidades indígenas. A abordagem da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, conhecida como ?Lei Maria da Penha? fez parte do conteúdo programático dentre as leis escolhidas contemplando as características do ensino superior indígena que requer um currículo diferenciado de acordo com os anseios da comunidade e também pela utilidade e função social na vivência das aldeias. No contexto da disciplina Direito Intercultural foram estudados ritos da legislação, processos civis e penais que revelaram particularidades sobre os direitos das mulheres indígenas que necessitam ser entendidos e complementados a partir da ótica constitucional e cultural quando correlacionado a esta legislação que disciplina a violência doméstica e que modificou diversas leis, bem como a estrutura do judiciário e organismos responsáveis pela aplicação e garantia de sanções mais severas. O Movimento das Mulheres ao longo de quatro décadas reivindica ao Estado Brasileiro políticas públicas para proteção e respeito aos seus direitos. Inúmeros questionamentos foram feitos durante a disciplina e os professores indígenas em formação refletiram que o enfrentamento da violência requer respeito e tolerância das complexidades étnicas multiculturais para combater problemas como consumo de drogas e álcool que contribuem para gerar mais violência nas aldeias e que resultam na inversão dos papéis na cultura indígena, pois incapacita os homens para o work da roça e conseqüentemente desestrutura toda a organização familiar. O professor indígena tem que compreender o mundo ?ocidental?, vivenciar plenamente sua cultura, além de ser multiplicador dos estudos potencializados nas Licenciaturas que deve permear os aspectos da comunidade e exercitar as características da educação escolar indígena: multicultural, multilíngue, diferenciada, específica e intercultural.

[Trabalho completo](#)

O processo de ensino aprendizagem da língua espanhola para os indígenas kokamas

Autoria: Mayra Luz Alvarado Davila

Resumo O presente work tem por finalidade contextualizar o processo de ensino aprendizagem da língua espanhola para os indígenas kokamas residentes na zona leste da cidade de Manaus. Portanto nós orientamos pela seguinte indagação: Quais são os objetivos dos indígenas kokamas que querem conhecer a língua espanhola, Considerando que a língua portuguesa em Manaus é hegemônica? Objetivamos com essa indagação, Contextualizar a relação dos kokamas com o processo de educação na cidade de Manaus;



Compreender o sentido e significado da língua espanhola para os kokamas; E Perceber a relação Inter étnica dos referidos indígenas com as comunidades localizadas na região de Loreto Perú e com a região do alto Solimões Brasil.

[Trabalho completo](#)

O processo de ensino/aprendizado mediados pelas iconografias do povo shipibo-conibo.

Autoria: Roberto Suarez Rengifo

Resumo Ne esse sentido a obra de arte é um produto discursivo cultural que aparece dentro das complexas relações sócias por onde circulam os objetos e os autores. E podemos afirmar que para um pintor, o estudo, a pesquisa, o conhecimento de todas as técnicas ancestrais ao nível da pintura contemporânea, a cerâmica, do bordado e da pintura sobre telas dos Shipibos, possa proporcionar-lhe um estímulo importante aos jovens e mulheres indígenas que tem uma inspiração de fonte mágica. O presente work objetiva a discutir o processo de ensino/ aprendizado mediado pelas iconografias, em destaque, as iconografias do povo Shipibo-Conibo, de forma específica, objetivamos debater a arte Shipibo como instrumento de educação, compreender a importância e funções dos desenhos no processo de ensino/aprendizado, e por fim analisar o sentido e o significado dos desenhos Kene identificados pelas mulheres do povo Shipibo-Conobo.

[Trabalho completo](#)

O Prolind-UFES e relatos de experiências no ensino de História indígena

Autoria: Kalna Mareto Teao

O Prolind-UFES começou como uma experiência de licenciatura intercultural indígena em 2015 e encontra-se em andamento com uma turma de 70 cursistas das etnias Tupinikim e Guarani Mbya do Espírito Santo. O work apresentado sugere alguns relatos de experiência na disciplina de História dos índios do Brasil e do Espírito Santo. As narrativas indígenas versam sobre identidade, memória, território e meio ambiente. As construções históricas desses grupos étnicos diferenciam-se entre si e evidenciam-se no espaço universitário. Por meio das atividades propostas em grupos, os Tupinikim valorizam culturalmente o congo e o ecossistema manguezal e os Guarani Mbya sua religiosidade e a história da trajetória até a chegada ao Espírito Santo. Utilizaremos os conceitos de identidade(BARTH), memória(LE GOFF) e território(OLIVEIRA). A metodologia utilizada é a Etno-História.

[Trabalho completo](#)

Permanência Indígena no espaço acadêmico: vivências e desafios enfrentados pelos discentes indígenas no curso de ciências sociais

Autoria: Paloma Luiza Maia de Souza

O presente work tem como objetivo apresentar uma pesquisa sobre a permanência estudantil de indígenas no curso de ciências sociais da universidade federal do Pará, campus Belém. A motivação central do work é refletir a trajetória histórica do ensino superior voltado para esse grupo étnico, quais os desafios pertinentes enfrentados pelos acadêmicos indígenas, fomentar a reflexão sobre as políticas de assistência estudantil e como as mesmas auxiliam na permanência acadêmica dos indígenas.O estigma enfrentado por alguns estudantes indígenas dentro do espaço acadêmico, é exposto no work para refletir como as relações de sociabilidade existentes na universidade apresentam uma conotação que infere na permanência estudantil de estudantes indígenas no curso de ciências sociais. A inclusão de indígenas no espaço acadêmico é prerrogativa para construir uma epistemologia multicultural legitimando um saber que foi por anos silenciado. A discussão sobre a permanência estudantil indígena fomenta reflexões relevantes para atender



as demandas desse grupo social e estimular que os mesmos ocupem o espaço acadêmico com o objetivo de visibilizar esse grupo social que contribuiu significativamente para construção da identidade brasileira.

Reflexões acerca do tema contextual ?Esporte e Lazer?, da Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás-UFG: relato de uma experiência concreta.

Autoria: Filipe de Andrade Vaz Parente, Jaciara Oliveira Leite

Este artigo apresenta reflexão crítica acerca da experiência, na condição de professores, com o tema contextual ?Esporte e Lazer? desenvolvido junto com estudantes e professores/as em formação do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás (UFG). As licenciaturas interculturais indígenas são parte de política pública de educação superior voltada à formação e qualificação de educadores/as indígenas, em consonância com dispositivos legais e constitucionais que reconhecem o direito desses povos a uma educação diferenciada que respeite suas culturas e modos de organização social. A organização curricular do curso da UFG constitui-se de matriz de Formação Básica e de três matrizes de Formação Específica - Ciências da Cultura, da Natureza e da Linguagem. Cada matriz é composta de temas referenciais, áreas de conhecimento e temas contextuais. Na diversidade de conhecimentos que são tratados durante o curso, há o tema contextual ?Esporte e Lazer?, o que expressa a importância do mesmo em suas diversas manifestações e relações nos contextos de educação indígena. A partir da perspectiva de formação e currículo brevemente apresentada, propusemos work pedagógico nesse tema junto a estudantes pertencentes a 10 povos que habitam a etnorregião Araguaia-Tocantins, abrangendo os estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Maranhão, quais sejam: Karajá, Krahô, Gavião, Kayapó, Bororo, Kuikuro, Yawalapiti, Guajajara, Xavante e Xerente. Os conteúdos foram subdivididos em 4 unidades: I - Introdução ao Esporte, Lazer e Jogos: diálogos interculturais em torno da bola; II - Água: natureza, cultura e possibilidades pedagógicas; III - Atletismo e suas múltiplas dimensões; IV - Planejamento e Prática Pedagógica sobre manifestações do esporte e do lazer. Os critérios de seleção de conteúdos levaram em consideração: a potencialidade de estabelecimento de diálogos interculturais; as relações entre natureza e cultura suscitada pelos conhecimentos; a ampla ocupação do espaço e o uso de materiais públicos da universidade, buscando oferecer diversas possibilidades de uso dos mesmos e de vivências coletivas; além das possibilidades de work pedagógico nas escolas e nas aldeias. Ao avaliarmos a materialização da proposta, destacamos: a riqueza das trocas interétnicas e interculturais entre os estudantes e professores em torno dos temas; a centralidade das manifestações esportivas e outras práticas corporais no processo de educação indígena, construção de suas identidades como sujeito e povo; as relações do esporte com a vida cotidiana, celebrações, competições e rituais; as possibilidades de work pedagógico nas escolas e aldeias; e, por fim, o profundo aprendizado como professores resultante da relação dialógica com os discentes.

[Trabalho completo](#)

Reflexões sobre a ?cultura?: a experiência Tenetehara/Guajajara na Licenciatura Intercultural

Autoria: Ana Caroline Amorim Oliveira

O presente work trata sobre a experiência do povo indígena Tenetehara/Guajajara no ensino superior público através da Licenciatura Intercultural para a Educação Básica Indígena Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Esta licenciatura é fruto de uma demanda dos índios, em especial, dos Tenetehara/Guajajara para formar os indígenas professores que atuam nas escolas das aldeias. A inserção dos povos indígenas na universidade é um contexto interétnico em que distintas lógicas culturais, os diferentes regimes de conhecimento ocidental e os regimes de conhecimento tradicionais indígenas estão em relação



proporcionando uma reflexividade pelos próprios índios. (CARNEIRO DA CUNHA, 2009). O curso iniciou com três turmas divididas pelo critério linguístico: duas turmas em língua Tupi e uma turma em língua Macro Jê. A licenciatura utiliza como metodologia a pedagogia da alternância a qual se caracteriza por dividir o curso em dois momentos distintos e inter-relacionados: o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade. No primeiro tempo os cursistas assistem aulas na universidade e no segundo tempo os monitores, auxiliares dos docentes nas disciplinas, vão às comunidades acompanhar os cursistas nas suas atividades acadêmicas. O campo foi caracterizado pela observação participante nas aulas, nas reuniões, pelas conversas informais com os cursistas Tenetehara/Guajajara, em especial, da Terra Indígena Araribóia, pela ida ao Tempo Comunidade, conversas informais com os docentes que ministravam disciplinas no curso e com a coordenação do curso. A apropriação pelos professores Tenetehara da demanda da educação superior para índios, a luta por uma licenciatura que fosse específica para eles na universidade afirmada enquanto o "projeto deles", dos povos indígenas, inverte uma relação de imposição característica da educação escolar para os índios. Ao mesmo tempo que inventa uma nova relação com a educação não-indígena. Podemos compreender essa inversão e invenção enquanto uma indigenização da modernidade como afirma Marshall Sahlins (1997). A licenciatura promoveu debates sobre a própria cultura Tenetehara entre eles mesmos através de um processo reflexivo sobre a cultura. As disciplinas foram sendo apropriados pelos Tenetehara a partir das suas próprias questões vivenciadas em suas respectivas comunidades. Mesmo em vários momentos os professores formadores tentando encontrar alguma generalidade os Tenetehara encontravam suas próprias compreensões a partir de suas lógicas próprias. Assim, a licenciatura intercultural permitiu a possibilidade dos Tenetehara pensarem sobre a sua própria cultura com aspas num processo de enunciação e reflexão identificando as aproximações e distanciamentos dentro do seu povo.

Tema contextual como possibilidade transdisciplinar na educação intercultural indígena

Autoria: Luciana de Oliveira Dias

O presente texto é resultado de um esforço intelectual para uma melhor compreensão dos temas contextuais (aulas) como alternativas às limitações disciplinares, herdadas da ciência moderna e do racionalismo que se consolidaram no século XVII, em ambientes de produção do conhecimento. Para imprimir neste manuscrito argumentos elucidativos do que sejam e como se realizam os temas contextuais, foi desenvolvido um estudo de algumas aulas acontecidas no curso de formação superior de docentes indígenas, Educação Intercultural, da Universidade Federal de Goiás - UFG. A Educação Intercultural funciona, desde o ano de 2007, no Núcleo Takinahaky; de Formação Superior Indígena da UFG e conta hoje com mais de vinte povos compondo seu corpo discente, quais sejam: Apinajé, Bororo, Canela, Gavião, Guajajara, Javaé, Juruna, Kaiapó, Kamaiurá, Karajá, Krahô, Krikati, Kuikuro, Tapirapé, Tapuia, Timbira, Xakriabá, Xambioá, Xavante, Xerente, Yawalapiti e Waurá, perfazendo um total de 281 estudantes no ano de 2017. Esses estudantes, que são também docentes em suas aldeias, são atendidos por quinze professores e professoras do quadro efetivo-permanente e alguns/algumas colaboradores/as. As aulas são desenvolvidas em turmas que são constituídas por estudantes pertencentes a diferentes povos indígenas, o que favorece complexos encontros interculturais. As aulas que foram selecionadas para subsidiarem a produção das reflexões e discussões aqui apresentadas aconteceram no ano de 2016 durante os temas contextuais nos quais atuo como docente, quais sejam: "Direitos Indígenas" e "Direitos sobre Conhecimentos Tradicionais". Esses temas contextuais são oferecidos para estudantes que se encontram na metade do curso e suas ementas recebem um enfoque na relação entre sistemas jurídicos próprios das sociedades indígenas e suas relações com os direitos institucionalizados pelo Estado. São tematizadas questões de identidade, direitos indígenas, luta e resistência. A proposta, ao focar nesses dois temas contextuais, foi acentuar algumas discussões sobre questões de dignidade, cidadania e realização de



justiças. Pôde ser considerado que os temas contextuais têm demonstrado que uma ampliação de horizontes epistêmicos acontece nos instantes de instauração de práticas pedagógicas e ambientes dialógicos e reflexivos compostos por agentes que partem de bases culturais diferenciadas.

[Trabalho completo](#)

TRAJETÓRIAS ENTRELAÇADAS ? Formação de Estudantes Indígenas da Licenciatura Intercultural da UNIR

Autoria: Edineia Aparecida Isidoro, Quesler Fagundes Camargos Fabio Pereira Couto

Este work tem por objetivo analisar os relatos autobiográfico de formação dos alunos da área de linguagem do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural das turmas 2009/2 e 2010/2, levantando os pontos convergentes entre as experiências de formação, assim como as suas especificidades. Os professores indígenas do Estado de Rondônia tiveram uma experiência de formação que se mistura a história da Educação Escolar Indígena do Estado. As principais experiências de formação dos professores indígenas foram oferecidas pelo IAMA- Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, no final da década de 1980 e na década de 1990, Projeto Açaí ? Formação de Professores pela Secretaria de Estado de Educação no período de 1994 a 2004 e a Licenciatura em Educação Básica Intercultural pela Universidade Federal de Rondônia no período de 2009 a 2016. Este work realizou-se a partir dos relatos de formação dos estudantes da área de Linguagem, a maioria deles, parte do work de Conclusão de Curso da Licenciatura Intercultural. A partir dos relatos verificou-se eixos em que é possível analisar os pontos convergentes e específicos da formação dos professores indígenas. Consideramos as especificidades linguísticas e culturais, as experiências de escolarização de cada professor, entre outras categorias reveladas a partir da análise. Trabalhamos com os estudantes da área de linguagem do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural das etnias Arara, Gavião, Oro Win, Tuparí, Suruí, Cinta Larga, Oro Cao Oraje, OroWaram Xijein, Makurap, Djeoromitxi. As discussões iniciais dessa pesquisa apontaram para a importância da formação de professores indígenas, as especificidades de percepções de cada momento de formação pelas etnias conforme a especificidade de tempo de contato e de escolarização.

?Antropologias de outros jeitos? e as antropologias dos professores indígenas de Rondônia: reflexões iniciais

Autoria: Luciana Castro de Paula

As pesquisas protagonizadas pelos professores indígenas nos cursos de licenciatura indígena, tem sido tema de reflexões entre os professores que atuam em cursos específicos de formação de professores indígenas. Uma das problematizações que fazemos é o papel da antropologia neste processo, qual sua contribuição, que mudanças ocorreram ou terão que ocorrer para atender as novas demandas, como é o caso de indígenas deixarem de ser objeto de pesquisa e tornarem-se protagonistas de pesquisas sobre eles mesmos. O curso Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia, campus de Ji-Paraná, ofertou 50 vagas para a primeira turma a partir do ano de 2009. Uma característica importante do curso é a diversidade linguística e cultural representada pelas mais de 32 etnias presentes enquanto estudantes de Rondônia e noroeste do Mato Grosso. Além dos aspectos relacionados ao tempo de contato e experiências de escolarização de cada povo que são bastante diversas, esse contexto de formação se constitui em um desafio para os estudantes, para os docentes e para a Universidade. Neste sentido, vamos discutir a dimensão da pesquisa no curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, como acadêmicos de distintos povos buscam responder as demandas de suas comunidades como pesquisador e como acontece o processo formativo desse pesquisador. Para realizar esse estudo vamos considerar as formas diferentes de realizar as



pesquisas pelos estudantes indígenas nas várias áreas e temáticas. Sendo que as que mais se aproximam com a antropologia serão exploradas neste artigo: histórias do contato, territorialidade, território e toponímia, festas tradicionais, músicas indígenas, narrativas de origem, entre outras. Podendo ser observado diferentes processos de construção desde os projetos até a elaboração dos textos finais que perpassam por vários aspectos práticos e teóricos da elaboração deste profissional pesquisador desde a concepção inicial de pesquisa, perpassando pelas primeiras leituras ao mesmo tempo em que volta à tona memórias empíricas dos conhecimentos adquiridos desde a infância, no convívio social com os mais velhos, ao ouvir as histórias oralmente e guardá-las em suas memórias. Um estudo desta natureza certamente contribui com avanços nas pesquisas científicas feitas por indígenas e por seus povos, impactando na área das culturas, línguas, história, ciências da natureza e matemática, além de pedagogias próprias de cada povo. Isso inclui desde a preocupação com os temas de estudo, com as problematizações apresentadas e a vinculação ou não com as próprias demandas das comunidades, sobre a necessidade de se discutir, construir e desconstruir diferentes formas de produção de conhecimento.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

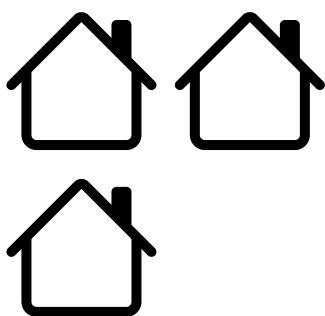
Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

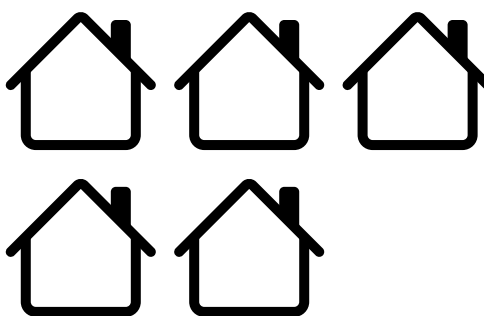
Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

